



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

A 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista aconteceu em Brasília, Distrito Federal, nos dias 18 e 19 de setembro de 2008, no Hotel Nacional, sob a coordenação de seu presidente, Márcio Augusto Freitas de Meira.

Conforme proposto pelo presidente e aprovado pelos membros da CNPI, a pauta da reunião foi definida conforme a seguir:

- Apresentação do “Programa Nacional de Segurança Pública”, feita pelo Coordenador Nacional do Pronasci;
- Apresentação de propostas para atendimento das demandas da CNPI com relação à saúde indígena;
- Apresentação das subcomissões;
- Apresentação da sistematização dos encaminhamentos da CNPI;
- Deliberações e encaminhamentos gerais.

O presidente iniciou a reunião convidando o coordenador do **Pronasci** para sua apresentação, destacando que a seguir se abriria espaço para que os membros da CNPI apresentassem propostas com o objetivo de que a questão indígena viesse a ser incorporada ao referido programa. Nesse sentido, destacou que a apresentação não traria nada de específico sobre a questão indígena, uma vez que esse segmento somente seria integrado ao programa após terem sido propostas as contribuições da CNPI, em especial dos representantes indígenas.

Nesse sentido, foi dada a palavra ao senhor Ronaldo Teixeira, Secretário Executivo do Pronasci, que passou à **apresentação do programa**, na qual foram destacados os seus objetivos, orçamento, estados prioritários, foco central do programa, ações estruturais e programas locais, ações normativas. Foi destacado que o Pronasci é a integração de vários projetos e que a expectativa é que a CNPI seja capaz de formular projetos para se inserir no programa e obter recursos para o desenvolvimento dessas ações. Portanto o Pronasci, tal como se encontrava delineado, não continha



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

ações específicas voltadas para os povos indígenas, pois a presente apresentação tinha como objetivo justamente colocar a Comissão a par do projeto para que pudesse trabalhar na proposição de formas de inserir esse segmento no programa.

O presidente agradeceu a apresentação e solicitou ao Secretário do Pronasci que respondesse algumas perguntas, ao mesmo tempo em que informou que já há recursos do Programa destinados especificamente para as ações que vierem a ser propostas pela CNPI. Pediu então que os membros se manifestassem, principalmente os membros da Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania, ao que Antonio Caboquinho fez uso da palavra e apresentou algumas dúvidas sobre o programa, por exemplo quanto aos critérios que teriam sido definidos para trabalhar as questões que envolvem os povos indígenas; como se pensa um projeto desse uma vez que nos maiores centros urbanos do país a violência continua e os marginais não têm opções para não voltar ao crime; sobre os conselhos tutelares, afirmou que muitas vezes são dominados pelos gestores municipais, são indicados, criticando o Judiciário com relação a sua atuação com relação à violência.

Saulo Feitosa criticou a forma como vêm sendo conduzidas as propostas já feitas pela CNPI, pois não vêm sendo atendidas, destacando o caso da solicitação já feita sobre o levantamento do número de indígenas presos, sua situação, em especial no estado do Mato Grosso do Sul, onde há inúmeros índios presos sem que se tenha controle da sua situação. Disse esperar que haja outra oportunidade para que o coordenador possa se reunir com a subcomissão para aprofundar essas e outras questões. A seguir falou Francisca Pareci, que afirmou ser positivo ver que o governo está criando e implementando uma política de segurança pública, perguntando se será responsabilidade da CNPI propor uma política de segurança dentro do contexto da realidade sociocultural dos povos indígenas, pois há preocupação grande com a questão do envolvimento com drogas, alcoolismo, entre outras situações em que falta uma atuação mais forte do Estado, mencionando ainda a necessidade de integração dos jovens não só nas famílias, mas em suas comunidades.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

O coordenador do Pronasci respondeu às perguntas de Caboquinho afirmando que, sobre os critérios para as ações voltadas para os povos indígenas, não haviam de fato sido pensados e exatamente por isso vieram fazer essa apresentação, já que os critérios devem ser construídos pela própria CNPI, e apenas a partir disso é que se poderá definir o que se vai fazer com relação a esse tema. Afirmou que devem solicitar reunião para tratar da questão do levantamento dos indígenas presos, definir como se fazer um diagnóstico que atenda ao que precisam. Sobre os conselhos tutelares, afirmou que de fato é uma preocupação, que há a intenção de atuar inclusive sobre o ECA, pois não está claro quem organiza e estrutura os conselhos tutelares, em alguns lugares há indicação por entidades associativas, em outros eleições, em outros mera indicação; em alguns lugares é pago salário, em outras a atuação é voluntária. Portanto, prosseguiu o Secretário, já foi solicitado que seja apresentada proposta nesse sentido, destacando que são 76 mil conselheiros em todo o país e que espera que possam fazer uma mobilização nacional forte para lidar melhor com essa situação. Débora Duprat reforçou a importância de chamarem o diretor geral do Depen para tratar da questão dos índios presos e se definir como tornar o índio visível no sistema penitenciário.

O coordenador do Pronasci concluiu sua participação afirmando que é preciso pensar alto, pois, assim como já se estabeleceu o sistema de cotas nas universidades, não seria pensar alto demais propor cotas para jovens e mulheres indígenas. Como encaminhamento o presidente propôs que a Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania agendasse um encontro específico para tratar do Pronasci.

Após a saída do Secretário, concluindo a discussão e **encaminhamentos relacionados ao Programa**, foi destacado que, como a questão se relaciona às ações de várias outras subcomissões, devem se apropriar do tema e garantir a participação de outras subcomissões na discussão, especialmente a Subcomissão de Educação, Infância e Juventude. O Presidente concordou com o destaque e submeteu a proposta à plenária, que aprovou o encaminhamento no sentido de **que se defina agenda, com a subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania e a equipe do Pronasci, para se realizar uma reunião específica com o objetivo de discutir o programa**, incluindo-se outras



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

subcomissões, especialmente a da Gênero, Infância e Juventude.

Dando continuidade aos trabalhos, o presidente explicou que a seguir seria feita **apresentação de uma proposta feita em resposta às demandas apresentadas pela bancada indígena na 5ª Reunião Ordinária da CNPI**. A representante do Ministério da Saúde, Cleonara Maria Schwartz, agradeceu o convite e disse que falava em nome do Ministro da Saúde, a pedido do Presidente da República, que solicitou que o ministério atendesse as demandas da Comissão, diante do que seu objetivo seria o de atualizar os seus membros com relação às ações que estão sendo tomadas quanto às mesmas. Nesse sentido, tratou das seguintes questões: 1) autonomia administrativa, orçamentária e financeira dos Distritos Sanitários Indígenas - á se encontrava aprovada pelo MPOG, com previsão de que em 10 dias estaria sendo publicado decreto de alteração do Regimento Interno da Funasa. Destacando que isso permaneceria inalterado mesmo no caso de as ações da Funasa virem a ser transferidas para o Ministério da Saúde; 2) recomposição da força de trabalho da Funasa – análise em andamento, feita pelo MPOG, com relação aos contratos temporários; 3) criação de comissão para realizar estudo e apresentar proposta com relação aos recursos humanos do órgão – membros já indicados, estando a comissão a cargo da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde; 4) recomposição orçamentária do Ministério da Saúde – já adequada a solicitação de 64 milhões para custeio das ações de serviços de saúde.

Sobre a nova portaria, a representante do ministério da Saúde destacou, em síntese, que esta independe do ordenamento da saúde indígena, é decisão política do ministro, por conta de que hoje no SUS há um modelo de atendimento primário à saúde, que são as equipes da “Saúde da Família”. Assim, pela primeira vez estão trabalhando a saúde e não a doença e ao invés de se focar nos procedimentos estão sim se orientando pela atenção básica; de forma que o projeto de lei da Secretaria de Atenção Básica e Promoção da Saúde viria nesse contexto, tratando-se de uma prerrogativa do ministro, cujo entendimento é de que trazer o Departamento de Saúde Indígena para dentro dessa secretaria seria uma resposta à necessidade de mudança aos problemas de gestão da



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

Funasa no que se refere à conquista da melhoria dos indicadores de saúde da população indígena.

Cleonara Schwartz destacou que se trata de proposta, é um projeto de lei, não há nada concreto ainda, acreditam que, estando dentro da secretaria, teriam mais condições de atuar nas questões específicas do que no DESAI da Funasa, por isso a proposta de se trazer para a Secretaria a gestão da saúde indígena. Concluindo, afirmou que a proposta ainda deve ser debatida e que estão se organizando para que os técnicos do ministério estejam presentes em todas as oficinas regionais da CNPI sobre o Estatuto, onde estarão à disposição para discutir essa posição.

A seguir se abriu espaço para as perguntas, sobre a implementação da autonomia dos Distritos, quando Deborah Duprat perguntou como fica a questão dos distritos com esse novo modelo proposto, afirmando que acompanhou a saída da saúde da Funai para a Funasa, e foi um choque, pois não havia preparação por parte desta para lidar com a especificidade dos povos indígenas, diante do que pergunta se a secretaria teria como se capacitar para ter esse cuidado e interlocução permanente com essa especificidade; destacou, finalmente, a portaria conjunta Funasa e SAIs, muito debatida, com muitos problemas, mas também alguns méritos, sendo que nos debates com a SAIs no Ministério da Saúde havia muito desconhecimento sobre esse subsistema, que tem pontos específicos, desconhecendo-se que o repasse é entre União – Distritos, e que os municípios não fazem parte etc.

Sansão Flores agradeceu a decisão do governo de buscar redefinir a questão da saúde, mas destacou que mesmo assim gostaria de levantar preocupações, por exemplo quanto à transferência de competências, perguntando se seriam promovidos eventos como seminários para discutir e repassar tais dados para os povos indígenas, municípios etc. Francisca Pareci questionou o fato de se dar atribuições aos municípios, destacando que a mudança do modelo é importante, mas que a relação com os municípios é muito difícil; perguntou ainda como os índios vão poder participar desse processo de discussão e sobre o reconhecimento dos profissionais indígenas de saúde.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

Cleonara Schwartz afirmou que a responsabilidade pela saúde indígena permanece sendo dos Distritos e da União, não está sendo repassada para os municípios, que até podem vir a ser inseridos no contexto, mas continuam dentro do Sistema Único de Saúde, afirmando que no Ministério da Saúde há justamente a intenção de se evoluir para que se traga para dentro do sistema a valorização da medicina tradicional, o respeito às práticas tradicionais na atenção à saúde indígena. Todos os profissionais que estão envolvidos hoje deverão ser mantidos nesse processo de mudança de gestão proposto, devem decidir qual o limite da composição orçamentária na contratação de recursos humanos, pois o decreto hoje só trata da questão administrativa, não trata de recursos humanos; acredita que não vai ser modelo único; as ações paralelas fazem parte desse processo e no nível nacional vão buscar a interação entre os profissionais de saúde que atuam em todo o país. A capacidade de troca de experiências é muito grande, pois é um contexto amplo para trocas. O que há é um projeto de lei, não há definição já pronta. Junto com a discussão da nova secretaria se criou um grupo de trabalho no Mato Grosso do Sul para discutir a mudança interna regimental e nesse sentido podem estar colocando essas questões; há coisas que ainda não estão claras ainda no Ministério, como o entendimento da autonomia dos Distritos, questões relativas aos recursos humanos e outros e que poderão ser discutidos em vários fóruns, seja na CNPI, em níveis locais e outros, sempre se mantendo o respeito ao que já foi conquistado até o momento.

Arão a seguir afirmou que de fato o modelo que está aí seria perfeito caso fosse implementado na prática, mas que isso não acontece, o que acaba trazendo as demandas para as cidades mais próximas, até no que se refere no atendimento primário. Citou alguns problemas, como falta de infra-estrutura para atendimento, problemas de comunicação, meios de transporte etc. Reafirmou a importância de que os índios possam participar do processo de definição dessas políticas; perguntou se com a mudança se continuaria como subsistema; se os distritos continuariam com a autonomia conquistada; se há intenção de se municipalizar o atendimento da saúde indígena; sobre como fica a questão das SAIs; sobre a situação dos agentes de saúde; se o governo não viria a apresentar proposta surpresa de municipalização das ações da saúde.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

Marcos Xucuru afirmou que a decisão tomada pelo governo foge da competência da CNPI, pois se trata de projeto de lei, mas de fato há as preocupações já citadas; afirmou a necessidade de que haja acompanhamento nesse processo de transição, pois, embora se trate de projeto de lei, deve demorar a tramitar no Congresso Nacional, mas quando for implementado deve ser acompanhada. Referiu-se novamente à preocupação com a municipalização, pois de fato de alguma forma devem estar inseridos, mas que, quanto às terceirizações, é muito complicado envolver os municípios; citou a questão dos termos de pactuação que vêm acontecendo nos municípios, e ficam sem saber onde vai parar essa situação, demandando clareza nessas definições e perguntando, enfim, se a Engenharia de Saneamento Básico entraria ou não nessa nova secretaria.

Élcio Manchinery afirmou receber com satisfação com a notícia da criação da secretaria, solicitando que o projeto seja mais discutido na Comissão e que seja feita reunião extraordinária para discutir esse assunto; afirmou que o problema não é a falta de recursos mas de fato o modelo. Propôs, concluindo, que seja aprovada a proposta de se realizar oficina ou reunião específica para discutir esse projeto de lei. A Dra. Deborah comentou que o recurso da SAIs está se prestando unicamente para contratação de recursos humanos, perguntando se já foi objeto de reflexão a criação de um fundo específico.

Respondendo às perguntas, Cleonara Schwartz afirmou que a compra de medicamentos deve ser centralizada, até porque é assim que se obtêm preços melhores, o que é o caso da compra de vacinas; o importante a seu ver seria melhorar a capacidade de fazer que tais insumos cheguem onde têm que chegar; nesse sentido informou que estão criando a autoridade sanitária dos distritos, que é uma reivindicação antiga, inclusive a criação do fundo. Prosseguindo, afirmou entender que, numa perspectiva futura, devem discutir a divisão dos recursos; vê que na lógica do fundo a fundo, que era per capita, vão ter um per capita para os distritos, incluindo o que hoje é o da SAS e o que é da Funasa, que vai haver vários modelos. Não está prevista a ida da Engenharia para a secretaria, afirmando que devem distinguir que a água é algo determinante para a saúde, mas que há setores específicos que fazem a análise da água, que é o setor envolvido com



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

vigilância, e cabe a ele lidar com casos com o citado. A secretaria vai tratar especificamente da atenção à saúde indígena. Sobre os agentes de saúde indígena, citou o Código Brasileiro de Ocupações, onde foi criado o Agente Indígena de Saneamento, o que considera como uma parte do processo; quanto a ser uma categoria profissional, afirmou que é política estratégia do Ministério da Saúde, por meio da emenda 53, a qual determinou que deve haver capacitação específica e os agentes indígenas entram nessa perspectiva. Sobre a estrutura, afirmou que vai ser mantido o que está na lei que cria os 34 Distritos e em hipótese alguma está em discussão fazer mudanças nessa área.

O presidente sugeriu que após os 3 inscritos adiante se encerrasse o tema e se fizesse o intervalo para o almoço. Caboquinho a seguir perguntou como se lança proposta como essa e depois é criado grupo de trabalho para discuti-la; afirmou que a proposta de autonomia dos distritos estava pronta para ser publicada e foi arquivada devido a esse projeto de lei; perguntou como vai ficar o atendimento primário; sobre a questão das cotas, disse que serão mantidas as indicações políticas, que vão se manter como cabides de empregos nessas regiões; que pela nova proposta parece que o governo não quer que os índios continuem a existir, pois tem sido feito um grande número de laqueaduras em mulheres indígenas.

Anastácio Peralta afirmou a seguir que se sabe que nos 500 anos de contato dos índios com os não índios nada foi feito para favorecer os povos indígenas e a Constituição de 1988 é que acaba obrigando a se fazer alguma coisa; que vêm discutindo a criação de uma secretaria de saúde indígena desde 1998, e que teme e se preocupa que o Presidente Lula, por tanto querer dar uma solução para o problema da saúde, pode estar se precipitando; que poderiam discutir mais, incluir indígenas no GT, garantir a participação indígena na discussão, que percebe que há a proposta de trabalhar a interculturalidade na saúde e, enfim, que se deve priorizar a prevenção.

Saulo Feitosa afirmou que não podem aceitar que o governo diga que a criação dessa secretaria atende as reivindicações indígenas, pois demandavam a criação de uma secretaria de saúde indígena e não de atendimento primário, o que a seu ver não muda nada, pois se trata de uma mudança de gestão, não é algo específico voltado para os povos indígenas. Prosseguindo, solicitou



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

que a representante do Ministério da Saúde responda sobre a portaria que constitui o GT; afirmou que complicam tudo e não tratam da especificidade e que na criação do GT não está contemplada a diversidade, pois se desconsidera a existência da CNPI e da própria Funai, que também não está no GT. Enfim, afirmou, parece que a criação do GT protela a resolução dos problemas urgentes já levantados, como a terceirização, que continua mantida e a questão da autonomia também.

Cleonara explicou que, junto com a decisão sobre o projeto de lei foi criado o GT para articular a discussão, ou seja, estarão discutindo uma questão decidida pelo ministro que se refere a gestão de governo; o GT não será destinado a discutir apenas a transferência do DSAI para a secretaria, e por isso envolve só pessoas do ministério, vai discutir questões macro, para depois disso tratar de questões específicas, nos fóruns adequados. Saulo afirmou estar se referindo à portaria 1922 de 19 de setembro de 2008, que trata especificamente da saúde indígena, ao que Cleonara disse que em seu entendimento se trata de um GT interno, que deve abordar questões regimentais e não políticas, que serão tratadas nas instâncias devidas. Sobre o fato de que a secretaria não trata das questões emergenciais, disse que estão no âmbito das questões que apresentou ao início de sua apresentação, como a autonomia dos distritos; estão criados, por decreto, que vai para a Casa Civil, afirmando que a discussão da secretaria de forma alguma atrasou a questão da autonomia, e que justamente para não atrasar é que se está fazendo a alteração do regimento da Funasa, outras respostas, sobre o concurso, por exemplo, ainda estão a ser definidas, porque envolvem todo o Sistema Único de Saúde, e ainda terão de ser discutidas.

Pierlângela afirmou que a secretaria não é exatamente o que vinham reivindicando, que seria uma secretaria específica, que é algo difícil mas deve ser implementado, para que o atendimento chegue às comunidades assim como faz a Funai. Chama atenção para o fato de que existe uma experiência acumulada, e que o GT deve aproveitar as discussões que já foram feitas, como nas conferências de saúde, pois às vezes não se faz análise desses relatórios; que devem buscar avançar e não retroceder, que não se deve pensar só em termos de população, pois está distribuída num território imenso, onde nem sempre é fácil chegar. Acha que com poucas pessoas não vão



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

conseguir dar conta dessa realidade, que já há experiência acumulada para darem um passo maior. Pergunta como vai ser a relação Funai – Funasa enquanto está sendo discutida a secretaria, e como vai ser feito o atendimento nesse ínterim; que deve haver um GT de transição durante essa mudança para lidar com os problemas pontuais que estão postos.

Lylia Galetti, do MMA, disse que acabou de ter conhecimento dessa mudança, e que concluiu que não há como fazer essa discussão na CNPI agora, pois o GT ainda vai discutir como fazer essa mudança, e, pelo que entende das falas os DSEIs ficariam sob a gestão da secretaria, e pelos elementos que têm não há muito o que discutir nesse momento. Disse que seria interessante que o Ministério da Saúde buscasse formas de garantir uma maior participação indígena na discussão sobre essa mudança, que esta é uma questão muito sensível e sempre estão tratando de algo grave na área de saúde, problemas com as conveniadas e outros, e sendo essa uma questão tão sensível deveriam abrir a oportunidade de um acompanhamento oficial do tema.

Ak'Jaboro Kayapó cumprimentou a todos e afirmou que sempre que falavam e reclamavam da saúde seria para melhorar e não para piorar, reforçando que querem a criação de uma secretaria específica para a saúde indígena; perguntou se, caso seja criada a secretaria, vai ser para municipalizar a saúde.

Cleonara respondeu a várias das perguntas que foram feitas, dizendo que enquanto não acontece a mudança o atendimento continua como está, que há prazo até o ano que vem para discutir o limite da autonomia e outras questões; o Sisvan (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) continua na governabilidade em que está atualmente, que será preciso compatibilizar a especificidade ao sistema já existente; que o GT vai tratar de questões administrativas; que não há dúvida de que este governo trabalha com o controle social e a saúde é o que mais tem sido construído dessa forma. Mas que tudo em seu momento, é preciso se ter um produto para então se ter o que discutir, e quando já se dispuser de produto é que se vai poder fazer a discussão, especialmente em nível local, onde se pode discutir questões concretas inerentes a cada realidade, e qualquer construção desse GT e as respectivas decisões políticas serão sim discutidas na CNPI e



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

outras instâncias. Concluindo, afirmou que de fato o documento fora feito de forma rápida e há alguns problemas, que ainda serão revistos.

O presidente sintetizou as discussões no sentido de que a preocupação maior da CNPI seria com a continuação do subsistema de saúde indígena, a responsabilidade federal com esse subsistema, e que a proposta apresentada pelo ministério não significa municipalização; que os compromissos reivindicados quanto ao fortalecimento e autonomia dos DSEIs estão mantidos, pois a lei do subsistema está mantida e garantida na transferência do comando administrativo para o Ministério da Saúde. Afirmou ainda que futuramente vai haver oportunidade para se aprofundar a discussão, cujo espaço adequado para acontecer é na CNPI e na Subcomissão de Saúde. O que está estabelecido hoje continua valendo com relação ao comando da gestão, destacou Márcio Meira, e antes disso se tomarão as medidas com relação à autonomia e outras, independentemente da discussão da secretaria. O tema saúde tem sido prioritário na CNPI e têm de fato havido muitos problemas, apesar dos avanços no subsistema de saúde, que são inclusive frutos das discussões que estão acontecendo na CNPI.

Concluindo a primeira parte da reunião, foi feito intervalo para o almoço.

#### **Tarde do dia 18 de setembro de 2008**

Os trabalhos da tarde do dia 18 de setembro foram iniciados pelo relato das subcomissões, começando pela **Subcomissão de Assuntos Legislativos**, cujo tema principal a ser abordado era a realização das oficinas regionais sobre o Estatuto do Índio. Lembrando que, conforme decidido na última reunião da CNPI, houve um seminário nacional sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, que inclusive contou com a participação do relator da ONU para os povos indígenas, James Anaya.

A seguir se passou a palavra para o membro da subcomissão, Saulo Feitosa, que esclareceu que na reunião da subcomissão houve avaliação breve sobre o Seminário Nacional, sendo



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

que por duas ocasiões já havia sido feita, tanto pelos membros governamentais como pelas lideranças indígenas; que se saiu da reunião tendo definido metodologia e conteúdos, sendo que as avaliações permitiram verificar que seria impossível trabalhar em grupos o conteúdo total, a partir da leitura na íntegra dos títulos do projeto de lei. Assim, decidiu-se trabalhar por temas, fazendo-se a leitura apenas para que todos pudessem se inteirar do conteúdo, e não se atendo à sua formulação, preocupação com técnica legislativa etc. Com base nesse entendimento, a subcomissão elaborou o primeiro roteiro e solicitou que cada subcomissão melhorasse o conteúdo das questões, o que foi feito e seria compilado pela Secretaria Executiva, para assim se formatar a versão final, havendo o entendimento de que as sugestões seriam integradas, não vindo a passar por novo processo de consulta pela subcomissão. Trabalharam também o que se chamou de “informações importantes” sobre as oficinas, que são todas aquelas que entenderam necessárias para o bom funcionamento, pois com a primeira experiência se depararam com problemas que vão servir para as oficinas, seja em termos de organização, de sistematização e outros, que se espera não repetir nas regionais.

Nesse momento, prosseguiu Saulo, a proposta seria discutir o roteiro de trabalho nas oficinas; na subcomissão trabalharam no sentido de adiantar possíveis problemas, como número de participantes acima do esperado, problemas políticos, entre outros, mas que entendem que se os membros indígenas trabalharem bem a sua articulação esses problemas não vão se repetir. E, quanto aos problemas que eventualmente surgirem, caberá aos coordenadores indígenas estabelecer o diálogo com os indígenas para resolver. A partir do roteiro que foi distribuído para todos, pede que sejam apresentadas eventuais dúvidas.

A seguir foram debatidas outras questões relacionadas às oficinas regionais, como com relação ao roteiro, infra-estrutura para a articulação política dos representantes indígenas com as bases, moção de repúdio contra a CNPI, originada devido a episódio ocorrido durante o Seminário Nacional, necessidade de apoio por parte das administrações executivas regionais da Funai. Sendo que, quanto a esse último ponto, ficou definido que o presidente Márcio Meira, na qualidade de presidente da Funai, deverá passar informes para as administrações e seus gestores, pois o assunto



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

também é de interesse da Funai tendo em vista as mudanças que poderão vir a acontecer. Ainda quanto ao apoio de técnicos, a secretária executiva da CNPI informou que, além dos servidores da SAL, o Ministério da Justiça estaria disponibilizando 2 técnicos da Assessoria Parlamentar para participar de cada regional, que atuarão no sentido de orientar os parlamentares da base de governo para que tenham subsídios e possam saber o que está acontecendo nas oficinas.

O presidente perguntou se, com essas colocações, estaria fechado o tema, ao que Saulo apresentou novos esclarecimentos sobre a metodologia, discutindo-se a seguir a questão da demanda para participação de 100 advogados indígenas nas oficinas, presentes em duas correspondências, do Inbrapi e Cinep.

A seguir se passou a tratar dos temas propostos pela **Subcomissão de Saúde**, antes do que o presidente ressaltou que o mais importante já fora discutido pela manhã, e portanto que fossem breves. Em síntese, foi solicitado que seja feito um intercâmbio entre o fórum de presidentes indígenas e a CNPI para discutir as questões que estão em andamento no contexto nacional; que se garanta participação de um indígena no grupo de trabalho discutido pela manhã, solicitando-se que seja enviado documento da CNPI, ao que o presidente afirmou que o encaminhamento seria a CNPI aprovar o **envio de documento ao ministro solicitando que houvesse a participação de representante indígena quando se fosse tratar de assunto relacionado aos povos indígenas**. Complementando, foi sugerido que no documento se solicite a participação de um representante indígena e de um governamental no GT, a fim de manter a paridade da representatividade, sendo que o de governo poderia ser da Funai, **proposta esta aprovada pela plenária sem ressalvas**. Foi apresentada, ainda, **proposta de que seja feita recomendação no sentido de que seja respeitado o controle social**, incluindo-se o presidente do Fórum Nacional de Conselhos Distritais de Saúde Indígena no grupo de trabalho, aprovada sem ressalvas, com abstenção do representante do Ministério da Saúde.

A seguir se passou a palavra para o relator da **Subcomissão de Terras Indígenas**, o qual solicitou que haja mais interesse e participação nas reuniões da subcomissão para que possam



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

avançar, bem como se comentou com relação à realização dos zoneamentos socioeconômicos que estão acontecendo nos estados e ainda sobre o atual momento de força do movimento anti-indígena. Com relação a esse último tema, foi reiterada e aperfeiçoada a proposta já discutida em reuniões anteriores no sentido de se realizar campanha do governo federal a respeito das culturas e direitos dos povos indígenas. Ressaltando-se o esclarecimento dado pelo Coronel Marinho, do Ministério da Defesa, na reunião da subcomissão, com relação à posição desse ministério quanto às terras indígenas em áreas de fronteira e a relação delas com a soberania nacional. Os **encaminhamentos** aprovados pela CNPI a propósito desses temas foram: 1) que os zoneamentos econômicos são uma preocupação da CNPI e o Ministério do Meio Ambiente vai fazer esforço no sentido de que a questão indígena esteja incluída nessa questão; 2) que a subcomissão passe a contar com a participação da Coordenação de Índios Isolados nas suas reuniões; 3) que seja enviado um documento formal à Secretaria de Comunicação da Presidência da República solicitando que o governo possa fazer uma campanha de valorização das culturas indígenas, em nível nacional; 4) que seja convidado técnico do MMA para dar esclarecimentos a respeito dos zoneamentos econômicos. O presidente deu ainda informe de que no dia seguinte estaria sendo entregue para todos os membros da CNPI lista de todas as terras indígenas e a sua situação, elaborada pela equipe da Funai.

### **Manhã do dia 19 de setembro de 2008**

Dando início aos trabalhos, o presidente começou com a **Subcomissão de Educação**, cujo relator informou sobre o que foi discutido na última reunião, destacando questões pendentes, sobre as quais não há consenso no MEC, como a avaliação do sistema nacional de educação, a proposta de criação da secretaria nacional de educação, com equipe técnica, qualificada, orçamento; que as respostas do MEC foram todas em torno do PAE, e não fizeram proposta de política, portanto um próximo governo pode decidir mudar tudo.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

Os pontos principais destacados pela subcomissão são: 1) no que se refere à gestão do sistema nacional de educação escolar indígena – 1.1) criação de uma Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena; 1.2) criação de um Subsistema de Educação Escolar Indígena visando a garantir educação diferenciada aos povos indígenas, com legislação e orçamento próprio; 1.3) realização de censo específico; 2) controle social e participação indígena nas políticas públicas de educação escolar indígena – 2.1) criação de um Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena, vinculado ao gabinete do Ministro de Educação, com poderes deliberativos para formular a política nacional de educação escolar indígena; 2.2) incentivo e apoio para a criação e funcionamento de mecanismos de consulta e de participação de representantes dos povos indígenas na formulação de políticas públicas nos governos federal, estadual e municipal, observando a Convenção 169; 2.3) transformação da vaga de governo no Conselho Nacional de Educação em vaga do movimento indígena, a ser preenchida por meio de consulta pública; 3) Educação básica nas terras indígenas – 3.1) elaboração e implementação de diretrizes e referenciais para a Educação Básica, voltadas para a realidade indígena; 3.2) apoio à ampliação da oferta do Ensino Fundamental, Médio Regular, Médio Integrado e Profissionalizante, com programas de apoio às escolas e estudantes indígenas; 3.3) criação e implementação de uma política lingüística para as escolas indígenas; 3.4) criação de uma política de fomento para a elaboração, publicação e distribuição de materiais didáticos específicos e diferenciados para as escolas indígenas; 3.5) criação de programas específicos para atendimento aos estudantes indígenas e gestão e melhoria das condições de ensino nas escolas indígenas, quanto à organização escolar, merenda e transporte escolar e manutenção de escolas nas terras indígenas; 4) Infra-estrutura das escolas indígenas – 4.1) construção, ampliação e reforma das escolas indígenas, respeitando o desejo das comunidades indígenas quanto à arquitetura e materiais, inclusive nas terras ainda não homologadas; 4.2) melhoria da infra-estrutura das escolas indígenas não homologadas; 4.3) equipar as escolas indígenas com mobiliário, equipamentos e instrumentos que permitam o desenvolvimento de uma educação de qualidade; 4.4) implantação de bibliotecas e laboratórios de informática com internet nas escolas indígenas; 5) Formação inicial e continuada –



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

5.1) criação da carreira de Magistério indígena nos sistemas de ensino; 5.2) elaboração de diretrizes curriculares e referenciais pedagógicos para os cursos de Magistério, em nível Médio e Superior, pelo CNE e MEC, com a participação indígena; 5.3) criação de dotação orçamentária específica para a formação dos professores indígenas no orçamento da União, para apoiar financeiramente as ações das secretarias de educação, universidades, organizações indígenas e indigenistas; 5.4) retomada, pelo MEC, do financiamento de organizações indígenas e indigenistas para ações de formação inicial continuada de professores indígenas e produção de material didático; 5.5) promoção de Formação Continuada para os professores indígenas; 5.6) Ensino Superior e formação de profissionais indígenas.

Sobre o Estatuto, a subcomissão vai elaborar documento atualizando, apresentando a memória da situação da educação escolar indígena, para contribuir na formulação do novo texto do Estatuto, com vistas a contemplar o que não está previsto na lei 6001. Foi relatado também que está sendo informado que a Funai não vai dar continuidade à parceria com as secretarias estaduais de educação, pois o MEC insiste na decisão de que o órgão indigenista não pode mais desenvolver as ações que vinha implementando; foram feitas críticas com relação ao PAAR; sobre indicação de uma vaga de titular e suplente para fazer parte da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação.

Após esclarecimentos dos membros da subcomissão, o presidente pediu permissão para se interromper os trabalhos tendo em vista a visita na reunião do cacique Raoni, que veio conhecer a CNPI, o que afirmou ser motivo de orgulho para a Comissão. Assim se passou a palavra para o cacique, que de acordo com o tradutor disse que Raoni desejou bom dia, que estava feliz em visitar a Comissão pois os próprios índios estão discutindo política para os índios; falou que deve haver a participação das várias etnias do país na Comissão, pois é importante os líderes e caciques se unirem e que vem pensando nisso desde que era jovem; que já conversou muito com vários políticos, pessoas de grande nome, pedindo para respeitarem os povos indígenas, para que possam se desenvolver juntos, de forma pacífica. Enfim, disse estar muito feliz por saber que os próprios índios



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

estão discutindo políticas públicas e decidindo sobre suas vidas; desejou força para todos, que continuem assim, na luta, discutindo políticas.

O presidente perguntou se algum representante indígena gostaria de dizer algumas palavras para o cacique, ao que Anastácio Peralta agradeceu a visita, pedindo que Raoni continue apoiando a CNPI, que é resultado da luta dos povos indígenas, onde podem reivindicar e buscar melhorias e políticas para melhorar suas condições. Francisca agradeceu pelo fato de que os povos do Mato Grosso é que garantiram sua participação na CNPI, inclusive os Membegrokê, que há um programa de formação específico par esse povo e têm contribuído muito na educação do estado; que é uma honra estar na CNPI devido ao apoio e credibilidade que lhe deram, agradecendo ao cacique. Brasília Priprá agradeceu pela atuação e pela fala do cacique, que disse ser muito importante por levar sua mensagem para várias partes do país. Caboquinho agradeceu a presença do ilustre cacique, pessoa que sempre inspirou outras lideranças, por exemplo na constituinte de 88, que é uma pessoa de suma importância para a luta dos povos indígenas, luta essa que é muito difícil e como Raoni disse só podem obter sucesso caso se unirem, agradecendo a sua presença em nome de todos os índios da Paraíba. Marcos Xucuru disse que é sempre um prazer trocar algumas palavras com o cacique, que o cacique Chicão foi sempre uma inspiração para o seu trabalho, o qual foi assassinado, e que sempre falava do cacique Raoni, contava sobre a sua atuação, e por isso hoje acompanha o que o cacique faz hoje; que as jovens lideranças são sementes plantadas pelo cacique e que estão na CNPI discutindo projetos de futuro para os povos indígenas. Luiz Titiá agradeceu a presença e afirmou que é um grande fortalecimento para o colegiado indígena contar com sua presença, é uma grande força e que ele também contribuiu para que a Comissão fosse criada. Aproveitando, fez o convite para que esteja presente no julgamento que vai acontecer no dia 24, lembrando que quando da morte de Galdino o cacique foi um dos que apoiou o povo Pataxó. Pierlângela afirmou que estão na luta pela desintrusão da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e que o exemplo de Raoni é importante para os povos indígenas; que na Comissão há apenas 3 mulheres indígenas, e que apesar de haver mais homens elas estiveram sempre juntas nessa luta; que na Europa puderam ver como foi importante a atuação de



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

pessoas como Raoni que levaram a mensagem sobre a luta indígena e inspiraram inclusive as mulheres a lutarem. O presidente informou que a comissão tem a presença de vários órgãos: Ministério da Justiça, Casa Civil, Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Defesa, do Planejamento, da Secretaria da Presidência da República, Educação, de Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, e também do CIMI e CTI, além da Dra. Débora Duprat, do Ministério Público Federal, que apresentou como sendo uma pessoa muito importante para os povos indígenas. O tradutor afirmou que, quando o presidente apresentou o representante dos ministérios, achou muito importante o trabalho que estão fazendo, que gostou muito de ter vindo; que se não estivesse com outros compromissos estaria participando junto com os demais, trocando idéias.

Voltando à discussão sobre educação, foram discutidas dúvidas e a seguir se passou a palavra para Gersen Baniwa, representante do MEC, antes comentando o item 3.3, sobre a criação de política lingüística, afirmando que foi dada prioridade a política de estudo das línguas indígenas e sugerindo que o MEC e a Funai possam trabalhar juntos nisso, inclusive porque já há recursos garantidos, dentro da Agenda Social, o que inclusive fora discutido e deliberado na CNPI. Francisca comentou que esse programa é da Funai, e nas discussões que tiveram pensaram em inserir na formação inicial, mas com a proposta de que não trabalhe mais como parceira na implementação ficaram em dúvida e pede resposta, algo que vários estados não aceitam, por acreditar que ela deve atuar também no aspecto pedagógico. O presidente afirmou que a posição é que a Funai continue atuando como parceira, e precisam definir qual o papel da Funai e qual do MEC e conforme definirem a Funai tem todo o interesse de participar e continuar atuando.

Gersen afirmou que nos últimos meses tiveram conversas intensas com a equipe da Funai, e hoje há ambiente institucional positivo na construção dessas políticas; esclarece que não tem posição pessoal a defender, é algo a ser construído permanentemente. Afirmou que de maneira geral essa agenda está sendo construída, mas dentro de um tempo e das condições possíveis, ciente das limitações; que no MEC há imensa vontade de bem cumprir o seu papel, atender demandas



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

reprimidas, sendo que houve avanços, particularmente entre os povos indígenas. Mas que atuam dentro de um tempo e na gestão do governo Lula definiram algumas prioridades, e para os povos indígenas privilegiaram ações estruturantes de consolidação de políticas que podem ser consolidadas nesse tempo. Então os itens que parece que o MEC não respondeu, o fato é que não têm condições de responder a todos de uma vez, não têm estrutura e equipe; há seis pontos que o ministério definiu como relevantes, é representam trabalho enorme, como é o caso das conferências, o PAR indígena e a posição do ministério hoje é forte quanto a isso, no sentido de consolidar e fortalecer o regime de colaboração dos sistemas que trabalham com educação indígena, que é uma meta clara. É uma ordem constitucional, legal, que tem enorme dificuldades, e o mandato hoje é fortalecer, qualquer possibilidade de um novo modelo deve ser discutido, debatido, mas o objetivo é consolidar o modelo que existe legalmente. O PAR indígena vem atender demanda no sentido de que não havia recursos, então passou a contratar recursos para os estados e vão passar a atender os municípios no ano que vem, então não se pode alegar que não há recursos, e a velocidade com que se implementa isso é outra questão. Uma outra prioridade que no MEC é como que uma carta na manga é a ideia dos territórios etno-educacionais pois avaliam que há força política, há recursos, mas permanece a lentidão e avaliam que não falta vontade política, pois os secretários estaduais estão sempre presentes e afirmando que querem melhorar. Ao avaliar o que falta, concluíram que é uma questão de gestão e precisam trabalhar um regime de parceria discutido, partilhado; a proposta seria trabalhar com arranjos etno-educacionais, mas havia resistência com o nome, então sugeriram mudança e trabalham hoje com o termo “territórios indígenas”, que possibilitam planejamento articulado considerando os entes federados e as formas de organização dos povos indígenas, dando-se tratamento étnico a esse atendimento. O planejamento precisa ser monitorado, acompanhado, redimensionado, com ampla participação dos entes que estão no território, o que envolve todos os atores, sem exclusão, o que implica definir, mapearem quais as entidades que têm interesse em ser parceiras e para isso estão implementando os “observatório ...”. Propôs que avancem para atender o que consta na Convenção 169, criando-se espaço de participação e controle social, e pelo que



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

percebe não há nada em contrário, mas destacando que o ritmo político é outro. A quarta prioridade seria o ensino superior, em que estão atuando forte na formação de professores indígenas, tendo se definido meta de que todos os professores indígenas atuando sejam formados, cerca de 8 mil, que até 2010 acreditam que vão colocar em formação. Sobre outras formas de conhecimento, acham que está avançando e estão estudando criar sistema de bolsa para atender os alunos da rede federal, que fazem parte da rede federal do MEC, quanto aos da rede estadual e privada ainda não acharam instrumentos para fazer isso. Pensam em proposta relacionada ao acesso e permanência, induzindo as universidades a atuarem visando à permanência dos alunos. Finalmente, quanto às diretrizes curriculares, querem aproveitar as conferências regionais para discutir e formular proposta para atender todos os níveis de ensino, sendo prioridade o ensino fundamental e médio nas modalidades existentes; a segunda ação, no nível do ensino superior, estão estudando diretrizes para o magistério, e para as licenciaturas interculturais.

Gersen Baniwa destacou que estão numa fase de transição, há experiências da última década em que se avançou, mas estão em momento de avaliação do que será feito daqui em diante e não quer adiantar muito as discussões, haja vista que estão por acontecer as conferências, que indicarão diretrizes, e há algo novo, que a conferência nacional está prevista para outubro de 2009, mas também se está iniciando a conferência nacional de educação indígena, que será a segunda na história da República, e seria muito importante que as reivindicações da conferência de educação indígena fossem contempladas na nacional, e o problema é conciliar o tempo, pois estarão sendo realizadas as regionais quando se fizer a nacional de educação. Então talvez vão adiantar as regionais para poder incluir essas questões na conferência nacional; o ministério vai fazer todo o possível para conseguir alcançar esse objetivo, e afirmou que isso seriam muito importante para os povos indígenas. Sobre a criação de vestibulares, a tática do ministério é trabalhar via universidades públicas, pois é totalmente possível que façam isso, o ministério se dispõe a pagar, mas tudo via universidades. A leitura do MEC é que é preciso forçar as instituições a atuarem no âmbito do que lhes cabe, buscar sensibilizá-las para desenvolver as ações sobre as quais têm responsabilidade e



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

agora é um bom momento para fazerem isso. Há desafios, inclusive temporais, mas há toda a disposição para avançarem.

Após novas intervenções dos membros da CNPI sobre o tema, o presidente encaminhou as deliberações da subcomissão avaliando que, pelo relato da subcomissão e do representante do MEC, entende que houve avanço em relação ao entendimento que havia nas primeiras reuniões entre os representantes indígenas e o ministério. Compreende que não há divergências gerais sobre o que foi proposto, apenas com relação ao tempo em que vai ser possível implementá-las, e inclusive os territórios etno-educacionais representam um grande avanço e são totalmente coerentes com o que já existe em outras áreas, como a saúde, ou mesmo os territórios da cidadania, a lei de consórcios municipais. Consulta o plenário se haveria divergência em aprovar em bloco o que a subcomissão destacou, sendo que têm que trabalhar para que os avanços continuem e se consolidem. Francisca perguntou se avançou a discussão com as ONGs, ao que Gersen Baniwa respondeu que houve uma sessão de conversar e não há encaminhamento fechado pois vão precisar conversar com o ministro, mas há perspectiva de abrirem editais, porém sob a perspectiva que a responsabilidade é dos estados e municípios, e que as ONGs possam atuar de forma complementar, a melhoria da qualificação na ponta e outras ações em que podem contribuir, mas não há nada fechado.

Como **encaminhamento final da subcomissão de Educação**, o presidente propôs **que se aprove em bloco as propostas da subcomissão** e os avanços informados pelo representante do Ministério de Educação e que se possam continuar avançando nas discussões. Sem ressalvas, as propostas foram aprovadas conforme proposto.

A seguir se passou a discutir as questões propostas pela **Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania**, ao que Sandro relatou o que foi discutido na subcomissão, destacando como muito positiva a participação do coronel Marinho, que se manifestou com relação ao posicionamento sobre as terras indígenas em área de fronteira, inclusive apresentando a definição de fronteiras, que



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

não é incompatível com a soberania e sim é algo positivo, que todas as falas diferentes disso devem ser desconsideradas pois esta é a posição de governo. No mais, informou que não conseguiram avançar muito e tiveram um único encaminhamento, que é preciso haver uma reunião com a subcomissão com o presidente da Funai entre os dias 18 e 20 de novembro, devido à falta de informação, que está impedindo que avancem.

Saulo afirmou que a proposta de reunião com o presidente entre os dias 19 e 20 propõem que já definam a data dependendo da agenda do presidente, e que a intenção é já saírem com proposta definida para apresentarem ao Pronasci. Outras questões da conjuntura que não foram tratadas na subcomissão seriam a questão do assassinato de Lozenir, que ocorrem dentro do contexto da luta pela terra do povo Truká, tendo se noticiado o fato de que era candidato, mas ele era testemunha principal de acusação contra 4 policiais acusados de assassinar outra liderança, Deni, e seu filho, e seria a principal testemunha do júri. O assassino foi preso porque os índios chamaram a polícia, que o cercou e este foi preso, estava de posse de várias armas e camisas, era pistoleiro, e propõe que a CNPI se envolva mais e inclusive acione o programa de proteção à testemunha, pois os Truká estão isolados e precisam de apoio. É preciso ver como envolver a Secretaria de Direitos Humanos, a Funai etc. São três assassinatos, mas há outros ainda, de indígena Xacriabá, que de fato já é o terceiro Xacriabá assassinato e que até agora só resultou em um julgamento. Cabe citar ainda a situação vivida no Mato Grosso do Sul, onde como reação às atitudes que têm se adotado tem se intensificado a violência e se deve pensar no deslocamento de lideranças ou outros mecanismos de proteção. Comprometeu-se a fazer a pesquisa sobre a situação dos inquiridos e apresentar; citou o caso de Ortiz, que também foi assassinado há pouco tempo. Afirmou que como se tem notícias de vários assassinatos se acaba por achar que é algo normal, mas que a falta de ação da CNPI sobre isso seria muito grave. Francisca Pareci perguntou sobre o Programa de Proteção de Testemunhas, o que está obstruindo a inserção dos índios nesse programa. Lyliã Galetti perguntou se a fonte Lei Afonso Arinos ampara o preconceito contra os povos indígenas, e como a resposta é negativa, acha que seria o caso de fazerem um projeto de lei na CNPI.



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

O presidente afirmou que em relação ao relatório da subcomissão gostaria de propor que se aprove em bloco o que foi proposto pela subcomissão, sobretudo a presença do representante do Ministério da Defesa; acha que vários pontos apresentados podem e devem ser atendidos no âmbito do Pronasci, pois inclusive o ministro cobrou que a Funai se insira, então sugere que a reunião proposta pela subcomissão conte com a presença do coordenador do pronasci, Depen, SDH, Funai e elencar os pontos em que se poderá incluir ações no programa voltados para os povos indígenas; portanto o Pronasci é a resposta do governo para as questões da subcomissão. Sobre as questões mais emergenciais, além da proposta já aprovada de se aprovar uma nota, especialmente contra a situação do Mato Grosso do Sul, propõe que os membros que ficam em Brasília possam se reunir em breve para dar continuidade aos trabalhos de forma emergencial. Seriam esses os encaminhamentos fundamentais e como continuidade se faria a reunião em novembro, ao que perguntou se contemplam os pontos colocados e respondem. Olga do MPOG lembrou que a pessoa que veio do Pronasci disse que têm recursos disponíveis, então devem aproveitar a vontade do Pronasci e começarem a tratar em breve a fim de se obter recursos ainda do orçamento de 2008. O presidente consultou o plenário se está de acordo ou haveria algum ponto a acrescentar, ao que Saulo concordou e pediu para se fechar uma data, e o presidente afirmou que não pode marcar agora pois não tem controle de sua agenda nem da agenda do professor Nardo do Pronasci e do diretor do Depen, ao que propõe que na semana que vem o Gabinete da Funai se encarregue de agendar uma data e marcar. Afirmou que todos devem ler a nota e se há posição em contrário aprovam o seu conteúdo para a divulgação adequada. O Capitão pediu que se tirasse nota em apoio ao julgamento sobre a situação da terra Pataxó, ao que o presidente pediu que a subcomissão providencie o texto da nota.

A seguir se passou para a **Subcomissão de Etnodesenvolvimento**, com o relato Aderval, do MDS, que informou sobre o que foi discutido na reunião, cuja pauta foi: 1) o Seminário Nacional de Etnodesenvolvimento Indígena, deliberando-se por sua realização em março de 2008,



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

com uma reunião preparatória entre 18 e 19 de dezembro; 2) criação de um Fundo Nacional de Sustentabilidade dos Povos Indígenas, visando a maior integração das ações governamentais e facilitar o acesso e gestão dos recursos públicos, unificar as ações em um único fundo, possibilitando a gestão direta; 3) instituição do Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de uma proposta de Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas - Portaria Interministerial – Ministério da Justiça e Ministério do Meio Ambiente – Nº. 276, de 12 de setembro, sobre a qual questionou a forma de participação da subcomissão de Etnodesenvolvimento e de Terras Indígenas da CNPI e foi apresentada sugestão de mudança na redação; 4) Proposta de consulta sobre o Estatuto do Índio, no que se refere aos títulos que tratam dos assuntos relacionados ao que são abordados pela subcomissão, tendo se apresentado as contribuições para a Secretaria Executiva. A propósito, André Araújo, do MDA, informou que entre final de outubro e início de dezembro será realizado seminário sobre ATER indigenista, para troca de experiências e institucionalização dos trabalhos, a fim de que todos os objetos aprovados no âmbito do MDA seriam convidados para o seminário.

Luiz Titiah solicitou que nesta reunião sejam encaminhadas as questões da subcomissão de Etnodesenvolvimento, pois se relaciona ao futuro das comunidades indígenas, solicitando que os membros de governo convidem os povos indígenas para participar da decisão de projetos que digam respeito ao seu futuro. Capitão Potiguara solicitou ao governo que diminua a burocracia com relação aos projetos, pois há muitos entraves. Simone Karipuna disse que de fato os índios querem se inserir nas discussões, conhecer os projetos que estão tramitando no movimento, afirmando que ficou triste devido ao Amapá e Pará terem ficado de fora da discussão promovida pela Carteira Indígena.

Passando aos esclarecimentos, Lyliã Galetti - MMA afirmou, a propósito da proposta de mudar a portaria, que foi pensada devido às reivindicações de política de gestão, que vinham conversando com a Funai – CGPIMA e CGDC, trabalhando juntos para formular e pensaram que a 5ª Reunião da CNPI seria importante para emplacar a questão, e foi feito bem corrido, apesar de ter havido erro chegaram ao consenso de não mexer na portaria; quanto à composição, pensaram



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

justamente na CNPI indicar a sua participação; que reconhecem que a relação do Estado com os povos indígenas hoje se dá via CNPI, e pondera se vale a pena cancelar a portaria, passar por todo o processo de novo, para colocar questão que não é tão importante, quando de fato está composta pelo MMA, Funai e 6 membros da CNPI, ou seja, não seria necessário e só viria a causar atrasos. Informou ainda sobre o evento realizado pela Carteira e que conseguiram prorrogar o PDPI.

O presidente sugeriu, a propósito da portaria, que constasse em ata da CNPI o posicionamento defendido pela representante do Ministério do Meio Ambiente de que toda decisão do GT passará pela Comissão, pela Subcomissão de Etnodesenvolvimento mais especificamente, o que virá a facilitar uma decisão caso se chegue a consenso. Pierlângela levantou questão relacionada ao PNUD, pedindo que os órgãos de governo atuem junto ao gestor da Agência Brasileira de Cooperação para que seja mantido o programa, pois a Carteira é um projeto que realmente chega às comunidades. Assim pede que a CNPI e os órgãos da CNPI ajudem a destravar esse projeto junto ao Ministério do Meio Ambiente.

Como **encaminhamento**, ficou definido que: 1) que constem em ata o compromisso de ouvir a CNPI e suas subcomissões; 2) que a CNPI providencie uma recomendação ao Grupo Interministerial de Trabalho, assinada pelo Presidente da Comissão, deliberada em reunião ordinária, de que se procedam a essas consultas nos momentos previstos. Ou seja, tão logo o texto preliminar esteja pronto, as Subcomissões devem ser ouvidas; e tão logo o texto final esteja pronto, a CNPI deve ser ouvida. 3) que seja feita recomendação da CNPI ao GT no sentido de que convide o Ministério da Defesa e outras organizações governamentais ou instituições não-governamentais para contribuição no GT; 4) com relação a documento que trata sobre a Carteira Indígena, que a Presidência da CNPI, juntamente com os membros da Subcomissão, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social, possam ter uma agenda com o Embaixador da ABC e quem de direito para a gente tentar levar mensagem de apoio à Carteira Indígena.

A seguir se passou para o relato da **Subcomissão de Empreendimentos com Impactos em Terras Indígenas**, que demandou o seguinte: 1) Demanda da Subcomissão ao governo, com



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

relação ao Projeto de Lei Complementar nº. 260, que tramita há 18 anos e define os atos de “relevante interesse público da União”, previstos no § 6º do art. 231 da Constituição Federal, sem posição nenhuma da Casa Civil. Os passos seriam: encaminhar um Ofício da CNPI solicitando informações sobre os encaminhamentos adotados; 2) Que o Governo se abstenha de aprovar empreendimentos que afetam terras indígenas, antes da aprovação da Lei Complementar que define os atos de “relevante interesse público da União” e do Estatuto dos Povos Indígenas, no qual são previstas as condições específicas para pesquisa e lavra de minérios e aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. Também não há uma posição da Casa Civil. Os passos seriam: encaminhar um Ofício da CNPI solicitando informações sobre os encaminhamentos adotados; 3) Que seja analisado e definido o encaminhamento da proposta de regulamentação do componente indígena, no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam povos e terras indígenas. A situação é que está sendo concluído o estudo sobre a legislação ambiental indigenista sobre o licenciamento ambiental com recomendações para atuação da FUNAI e dos órgãos licenciadores, para subsidiar a regulamentação do componente indígena. Os passos seriam: realização de realizadas Oficinas de Trabalho com a Subcomissão para elaboração da proposta de regulamentação do componente indígena no licenciamento ambiental, na segunda quinzena de novembro; 4) O georeferenciamento dos empreendimentos que afetam terras indígenas. Foi realizada uma reunião com o Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República para compartilhamento das informações e base de dados disponíveis sobre o Empreendimento do PAC. Posteriormente, foi gerado um mapa por tipo de empreendimento. Nós temos esse mapa em digital também. É o mapa do Programa PAC. Então, o material já está disponível; 5) Que sejam realizados seminários regionais para que se possa analisar, complementar e discutir a listagem de empreendimentos com impacto em terras indígenas, com o objetivo de fazer o seu acompanhamento. A Subcomissão decidiu que serão realizadas reuniões regionais para o levantamento das informações. A nossa proposta é de realizar essas reuniões regionais com todos os Povos para complementar o mapeamento dos empreendimentos que impactam em terras indígenas



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

no primeiro semestre de 2009. Nesse caso, a FUNAI deverá disponibilizar, até 15 dias antes da reunião, o mapeamento atualizado do conjunto de empreendimentos com impacto em terras indígenas. A FUNAI pode nos informar, não somente os programas do PAC, mas vários outros. Há vários empreendimentos, além do PAC. Isso é de interesse do movimento indígena. Serão realizados também seminários regionais no 2º semestre de 2009. O objetivo desses seminários é encaminhar informações e definir estratégias e encaminhamentos para os empreendimentos por região; 6) Que sejam estudados mecanismos de participação dos Povos indígenas na definição de prioridades de desenvolvimento do país. A Casa Civil não tem posição. Então, a nossa proposta é que a CNPI faça um ofício, solicitando informações sobre os encaminhamentos adotados; 7) Que o IBAMA seja convidado a acompanhar as reuniões da Subcomissão. A CNPI encaminhou ofício para o IBAMA e não obteve resposta até o momento. Os próximos passos são: reiterar Ofício da CNPI destacando a importância da participação do IBAMA na Subcomissão.

As propostas de encaminhamento apresentadas pela subcomissão foram aprovadas em bloco, fazendo-se ressalva à redação do item 2, para o qual a subcomissão e o representante do GSI devem apresentar nova proposta de redação.

Dando prosseguimento à reunião, passou-se ao relato da **Subcomissão de Políticas Públicas, Orçamento e Gestão**, que apresentou as seguintes propostas de encaminhamento: 1) que a Secretaria-Executiva providencie para que seja realizada reunião extraordinária da subcomissão nos dias 11 e 12 de novembro; 2) que a CNPI solicite a apresentação, por parte do MMA e da Presidência da República, do Programa Amazônia Sustentável, para que os membros possam conhecer um pouco mais sobre ele; 3) que a CNPI solicite à FUNAI que faça apresentação do que está sendo feito na âmbito da Agenda Social Indígena junto com a Presidência da República e os outros agentes de governo.

Foi destacado ainda que a subcomissão tem tido muita dificuldade de trabalhar, principalmente, porque a função dela é fazer relatos sobre a situação das ações, no entanto não foi atendida no que se refere ao preenchimento de formulário destinado a fazer o levantamento dessas



Ministério da Justiça  
Comissão Nacional de Política Indigenista  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

ações, já distribuído por duas vezes na CNPI, sem resposta até o momento. O que está inviabilizando a apresentação de uma avaliação sobre as ações já que os órgãos não encaminharam a descrição das mesmas. Sendo que também estão enfrentando dificuldades para cumprir uma outra meta definida na subcomissão, com relação ao se tentar buscar um modelo de gestão para as ações da política indigenista, buscando os trabalhos que têm dado melhor resultado nas administrações regionais e na relação dos órgãos que atuam na questão indígena, nas unidades regionais.

Como encaminhamento, foi aprovado o conjunto das propostas da subcomissão, tendo a presidência da CNPI se comprometido a, junto com a Subcomissão, procurar o Ministério do Planejamento para cobrar a apresentação das informações solicitadas, porque é o ministério central nessa questão, e ainda se fazer gestões para que os demais ministérios também respondam. Ou seja, o encaminhamento é que o Presidente Márcio, como Presidente da CNPI e Coordenador do Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, vai comandar esse processo de articular com os ministérios e puxar essa questão. Foi acatada ainda a sugestão de que a subcomissão convidará o IPEA para contribuir para a discussão desse programa.

Passando à última apresentação, da **Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude**, a relatora informou que discutiram: 1) a Lei Maria da Penha e sobre a realização de 13 oficinas, que vão tratar do tema, discussão já introduzida Encontro Nacional de Jovens e Mulheres Indígenas; 2) proposta da Coordenação Geral da Educação da FUNAI de se publicar uma versão comentada do Estatuto da Criança e do Adolescente, levando em consideração a legislação da OIT e as legislações indigenistas; 3) sobre o acompanhamento que tem sido feito pela subcomissão com relação à questão do infanticídio, que está em discussão devido ao Projeto de Lei 1057, do Deputado Henrique Afonso. Tendo-se definido como encaminhamento que todos se apropriem desses temas, e que estão reunindo toda a documentação que têm sobre o tema para fazerem análise e encaminhar para subsidiar a relatora; 4) indicação feita ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça pela Deputada Janete Rocha, em 2008, sobre a criação do Conselho Tutelar Indígena e a necessidade de encaminharem posicionamento referente ao assunto; 5) sobre o Estatuto dos Povos Indígenas,



Ministério da Justiça  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
6ª Reunião Ordinária  
Brasília, Distrito Federal, 18 e 19 de setembro de 2008

sugestão de que no roteiro sejam incluídas questões referentes a gênero, infância e juventude indígena, não como um tema específico, mas dentro dos demais temas, questões essas a serem elaboradas pela própria subcomissão; 6) definição da “família” como foco de trabalho da subcomissão. Não havendo divergências e sim apenas sugestões a serem incorporadas pela subcomissão, as propostas de encaminhamento foram aprovadas sem ressalvas.

Concluindo os trabalhos, foi apresentada a planilha de acompanhamento da CNPI, que está em fase de construção e, conforme informou o presidente, está sendo coordenada pela Coordenação Geral de Projetos Especiais da FUNAI. Quanto à dinâmica das reuniões, foi definido que, ao se aprovar a pauta da reunião, já se defina de antemão quais os temas deverão ser priorizados por cada subcomissão, dividindo o tema de forma equânime para cada uma, e ainda que ao início da reunião a Secretaria Executiva informe sobre quais os temas. Finalizando a reunião, foram aprovadas: 1) a ata da reunião anterior da CNPI; 2) nota em relação à situação no Mato Grosso do Sul, 3) Nota em apoio aos direitos dos Povos indígenas Pataxó Hã Hã Hãe, em relação à decisão pelo Supremo Tribunal Federal.

Foram feitas, ainda, a indicação, pela bancada indígena, de um representante titular e suplente para a comissão organizadora Conferência Nacional de Educação e de cinco nomes para o Grupo de Trabalho de Gestão Territorial em Terras Indígenas.

A reunião foi encerrada com a lembrança de que nas próximas semanas a CNPI estaria realizando as 10 Oficinas Regionais para discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, conforme o cronograma estabelecido em reuniões anteriores.